

ARQUIPÉLAGO

Filosófico

EPISTEMOLOGIA

Susanna Siegel, Penetrabilidade cognitiva e justificação perceptiva



Arquipélago

30 Jan 2026 — 40 min read



Foto por Steve Pyke, 2010

Susanna Siegel é professora da Universidade de Harvard e autora de diversos livros e artigos sobre filosofia da percepção, epistemologia e filosofia da mente. O artigo aqui publicado apareceu originalmente revista *Noûs*, Vol. 46 (2012): 201-222, e foi traduzido por José Eduardo Porcher (UFRGS). Os direitos de publicação desta

tradução foram cedidos graciosamente pela autora e pela editora John Wiley & Sons, Inc., às quais agradecemos. Revisado por Florencia Salaberry.

Penetrabilidade cognitiva e justificação perceptiva

Às vezes se diz que na depressão tudo parece cinza.^[1] Se isso for verdade, então o humor pode influenciar o caráter da experiência perceptiva: dependendo apenas de se um observador está deprimido ou não, como uma cena parece a esse observador pode diferir mesmo se todas as outras condições permanecerem as mesmas. Isso seria um exemplo de penetração cognitiva da experiência visual por outro estado mental. Aqui o estado cognitivo influente é um humor. Outros exemplos putativos de penetrabilidade cognitiva envolvem crenças: para o leitor de russo, a folha grafada em cirílico parece diferente do que lhe parecia antes de saber lê-la. Quando você sabe que bananas são amarelas, esse conhecimento afeta com que cor você vê as bananas (uma banana acromática parecerá amarelada).^[2] Ou suponha que, para um artista vaidoso, os rostos na plateia variavam, em sua expressão, de neutros a satisfeitos, mas notadamente, em nenhum momento, ninguém o olhou com desaprovação, enquanto que, para um artista inseguro, os rostos na audiência variavam, em sua expressão, de neutros a descontentes, mas particularmente, em nenhum momento, ninguém o olhou com aprovação. Assim, penetradores cognitivos potenciais incluem humores, crenças, hipóteses, conhecimentos, desejos e traços de personalidade.

Em alguns casos, a penetração cognitiva pode ser epistemicamente benéfica. Se um raio-X parece a um radiologista diferente do que parece a alguém sem perícia radiológica, então o radiologista obtém mais informação sobre o mundo de sua experiência (por exemplo, se há um tumor) do que o não perito obtém ao olhar para

o mesmo raio-X. Se Iris Murdoch e John McDowell estiverem corretos ao pensar que ter o tipo certo de caráter permite a alguém ver mais fatos morais do que os vistos por quem carece desse mesmo caráter quando diante da mesma situação, então, nesse caso, a sua experiência perceptiva também se torna epistemicamente melhor, graças à sua penetração pelo tipo certo de caráter.^[3]

Em outros casos, entretanto, a penetração cognitiva parece tornar a experiência epistemicamente pior. O desafio posto pela penetrabilidade cognitiva à justificação perceptiva parece relacionado a uma estrutura circular de formação de crenças que ela introduz. No caso mais simples, sua experiência é cognitivamente penetrada se ela lhe apresenta o mundo como sendo de uma certa maneira apenas porque é assim que a crença penetrante apresenta o mundo. Por exemplo, suponha que Jill crê que Jack está brabo com ela, e isso a faz experienciar o rosto dele como expressando raiva. Agora suponha que ela aceita sem questionar sua experiência cognitivamente penetrada, como uma sustentação adicional para sua crença de que Jack está brabo com ela (basta olhar para o rosto dele!). Ela parece ter se movido em círculo, começando com a crença penetrante, e terminando com a mesma crença, por meio do que experienciou. Do seu ponto de vista, Jill parece estar retirando dessa experiência uma evidência adicional para sua crença de que Jack está brabo com ela, elevando assim o status epistêmico dessa crença.

Essa situação parece epistemicamente perniciosa. Em geral, a experiência visual pretende dizer-lhe como o mundo é, permitindo-lhe verificar suas crenças em comparação com a realidade. Mas, se nos bastidores os estados penetrantes estiverem manipulando o tribunal da experiência a seu próprio favor, então, embora a experiência pareça lhe permitir comparar suas crenças com o mundo — para você, é exatamente isso que estará acontecendo — você de fato estará apenas comparando suas crenças com suas crenças. O tribunal estará corrompido. À primeira vista, a elevação epistêmica em tal circunstância parece ilícita.

Podemos comparar essa situação a um círculo de fofoca. Em um círculo de fofoca, Jill diz a Jack que p, Jack crê nela, mas rapidamente esquece que ela é a fonte de sua crença, então, pouco depois, Jack diz a Jill que p. Parece tolo para Jill aceitar o relato de Jack de que p como fornecendo muito, se é que algum, apoio adicional para p, além de qualquer evidência que ela já tinha. À primeira vista, isso se parece com um ciclo de retroalimentação no qual nenhuma nova justificação é introduzida. De modo similar, quando suas crenças são formadas com base em uma experiência cognitivamente penetrada, é como se sua crença de que p lhe dissesse para ter uma experiência de que p, e então sua experiência de que p lhe dissesse para crer que p.

Se a elevação epistêmica é ilícita nesses casos, então uma teoria da justificação perceptiva não deveria prever a ocorrência dessa elevação. De modo mais geral, podemos perguntar: Que papéis epistêmicos podem ser desempenhados por experiências perceptivas cognitivamente penetradas? E quais teorias da justificação perceptiva explicam melhor os papéis epistêmicos de tais experiências?

Este artigo aborda essas questões, concentrando-se numa teoria simples e popular da justificação perceptiva conhecida como dogmatismo. Argumentarei que há casos nos quais o dogmatismo prevê que uma experiência visual cognitivamente penetrada pode elevar o sujeito de uma situação epistemicamente ruim para uma epistemicamente melhor, nos quais, contudo, é implausível supor que essa elevação epistêmica ocorra.

Embora a discussão se concentre principalmente no dogmatismo, o propósito desse foco é obter uma visão mais clara dos contornos da questão. O desafio posto pela penetração cognitiva ao dogmatismo se aplica também a outras teorias da justificação perceptiva. Meu objetivo não é derrubar uma ou outra dessas teorias, mas antes revelar os contornos de um problema para podermos ver melhor os contornos de uma solução, qualquer que seja a teoria correta da justificação perceptiva. Como argumentarei, as restrições impostas pela penetração cognitiva

podem ser atendidas de maneiras diferentes por teorias diferentes, embora a forma de dogmatismo que enfoco pareça mal equipada para responder a esse desafio.

A discussão procederá da seguinte forma. A Seção 1 caracteriza o fenômeno da penetrabilidade cognitiva em mais detalhe e a Seção 2 introduz teorias dogmatistas da justificação perceptiva. A Seção 3 introduz dois casos de experiências cognitivamente penetradas que *prima facie* não justificam as crenças correspondentes. A Seção 4 argumenta que, em casos como esses, a predição de elevação é implausível. A Seção 5 explica como o desafio se aplica a teorias não dogmatistas da justificação perceptiva, e discute maneiras pelas quais o desafio se generaliza para uma situação epistêmica melhorada, além do cenário envolvendo elevação.

1. O que é a penetrabilidade cognitiva?

Até agora falamos sobre a penetrabilidade cognitiva de experiências visuais. Mas o que são experiências visuais? Experiências visuais são estados conscientes que ocorrem tipicamente enquanto vemos. Por serem estados conscientes, eles têm características fenomênicas: há algo que é como ter uma experiência visual. Quando duas experiências visuais diferem em suas características fenomênicas — como, por exemplo, a experiência visual que você provavelmente tem ao ler este artigo e a experiência visual que você teria se estivesse olhando para o horizonte do oceano com a lua brilhando na água —, há uma diferença entre como é ter cada uma delas. Quais são as características fenomênicas de uma experiência visual depende não apenas de qual cena (se alguma) um sujeito olha, mas desde onde ele a observa, sua acuidade visual, e no que presta atenção.

Para os propósitos desta discussão, vou pressupor que experiências visuais têm conteúdos que podem ser verdadeiros ou falsos, e que a verdade ou falsidade dos

conteúdos covaria com a verdade (veridicalidade) ou falsidade (falsidicalidade) da experiência. Para um conteúdo ser o conteúdo de uma experiência visual, ele deve caracterizar como as coisas se parecem ao sujeito da experiência. Nada será perdido em nossa discussão se interdefinirmos as características e conteúdos fenomênicos, como se as características fenomênicas da experiência apenas fossem conteúdos entretidos em modo experiencial (em vez de algum outro modo, tal como o conativo).

A penetrabilidade cognitiva é um tipo de influência causal na experiência visual. Nem todo tipo de influência por um estado cognitivo nas experiências visuais é um caso de penetrabilidade cognitiva. Você pode escolher mover sua cabeça para ver o que está atrás de você, ou focar sua atenção para ver algo em mais detalhe. Perturbado pelo esquilo morto na estrada, pode olhar para outro lado enquanto passa por ele de bicicleta. Com a intenção de espionar um homem no aeroporto, você pode não prestar atenção aos outdoors. Nesses casos, intenções, desejos e aversões desempenham um papel seletivo de quais experiências visuais você terá, selecionando a localização inicial a partir da qual estímulos darão origem à experiência visual. Esses são casos de seleção relativamente global dentre estímulos possíveis. No exemplo do espião, estados mentais não experienciais — a decisão de ir ao aeroporto, o desejo de rastrear o homem etc. — ajudam a determinar que você perceba o aeroporto em vez de sua casa e, especificamente, a porta da alfândega em vez das pinturas na parede.

Embora pudéssemos considerar a seleção global como um tipo de penetração cognitiva num sentido amplo, os problemas epistêmicos terão um foco mais nítido se definirmos a penetrabilidade cognitiva mais restritamente. Por si mesmos, os efeitos de seleção global não levam obviamente a quaisquer ciclos de retroalimentação ilícitos, já que esses efeitos simplesmente determinam de onde a informação vem. Ciclos de retroalimentação começam quando introduzimos um

tipo de insensibilidade aos estímulos, de modo que a experiência visual que você acaba tendo é indevidamente influenciada pelos estados penetrantes. A insensibilidade poderia tomar a forma de uma relativa indiferença aos estímulos, ou poderia tomar a forma de um viés de seleção. Ambos podem ser ilustrados por casos extremos. Num caso extremo de indiferença aos estímulos, não importa para o que você olhe, acaba tendo uma experiência visual de uma cara zangada. Num viés de seleção extremo, não se é capaz de prestar atenção a nada além de caras zangadas, e nada mais chama a atenção.

Podemos distinguir três aspectos da penetrabilidade cognitiva: os aspectos penetrados da experiência visual, os penetradores potenciais e o tipo de influência que têm. Vou me concentrar na sensibilidade do conteúdo da experiência visual a estados doxásticos (incluindo tanto crenças quanto hipóteses), desejos, humores e emoções. Aqui está uma primeira tentativa de definir penetrabilidade cognitiva:

Penetrabilidade cognitiva (primeira tentativa):

Se a experiência visual é cognitivamente penetrável, então é nomologicamente possível para dois sujeitos (ou para um sujeito em diferentes circunstâncias contrafactuais, ou em diferentes momentos) terem experiências visuais com diferentes conteúdos, embora vejam os mesmos estímulos distais sob as mesmas condições externas, como resultado de diferenças em outros estados cognitivos (incluindo afetivos).

Essencialmente, a primeira tentativa diz que quando os estados penetrantes influenciam o conteúdo da experiência visual, eles o fazem afetando em quais partes ou aspectos dos estímulos distais os sujeitos se fixam ou prestam atenção veladamente. Por exemplo, a primeira tentativa incluiria os seguintes casos como de penetrabilidade cognitiva:

Concentração da atenção influenciada por expertise:

- Antes e depois de X aprender como pinheiros se parecem, pinheiros parecem diferentes para ela, e as experiências visuais que ela tem sob as mesmas condições externas diferem em seu conteúdo. Mas isso é assim porque dominar conhecimentos específicos de pinheiros a faz prestar atenção nas formas das folhas das árvores. Se um novato prestasse atenção do modo como ela o faz, então teria experiências com os mesmos conteúdos. O domínio de conhecimentos específicos influencia o conteúdo da experiência, por influenciar os pontos de concentração da atenção.
- Você e a especialista em mariposas X fazem uma caminhada na floresta, procurando por mariposas nas cascas das árvores. Vocês olham para o mesmo pedaço de casca. X vê mariposas onde você não vê nenhuma. Isso é assim porque sua familiaridade com as formas exatas das mariposas a permite concentrar a atenção mais facilmente em pedaços da casca em forma de mariposa. Às vezes ela não se deixa enganar pela camuflagem das mariposas.

Atenção velada:

- X, um participante num experimento de psicologia, concentra o olhar na cruz no meio da tela. Quando instruído com a hipótese H1, X se apercebe prestando atenção ao lado esquerdo do monitor, onde vê três barras verdes. Experimentos com outros participantes sugerem que, se X fosse instruído com a hipótese H2, prestaria atenção ao lado direito do monitor, onde veria quatro círculos vermelhos.

Nos casos em que uma expertise de fundo [*background expertise*] influencia os pontos de concentração da atenção, os estímulos distais (pinheiros, cascas de árvore) são mantidos constantes no sentido de que, sob as mesmas condições, especialista e novato veem as mesmas árvores e as mesmas cascas de árvore, e essas coisas não mudam. No caso da atenção velada, o estímulo distal permanece igualmente o mesmo: os pontos e as barras estão lá para serem vistos, não importa com qual

hipótese X é instruído. Esses são casos nos quais o estado de fundo [*background state*] tem um efeito seletivo. Ele seleciona qual parte do estímulo distal vem a ser representada na experiência visual do sujeito.

Se alguém interpretasse um estímulo distal de forma mais refinada, de modo que esse estímulo pudesse ser determinado pelo ponto de concentração da atenção e pela atenção velada, então a primeira tentativa de definição não incluiria aqueles casos, ao fim e ao cabo, como exemplos de penetrabilidade cognitiva, já que os estímulos distais, nesse sentido mais refinado, difeririam nos casos relevantes. Os estímulos distais difeririam entre o especialista e o novato nos casos de expertise, e difeririam dependendo da instrução no caso da atenção velada.

Esses casos são exemplos da penetrabilidade cognitiva, considerada de forma ampla. Mas será mais simples evitar as complexidades introduzidas pela atenção focal e não focal, e definir penetrabilidade cognitiva mais restritamente, de modo que os pontos de concentração da atenção e a atenção não focal sejam parte do que é mantido constante, em vez de parte do que pode variar com o estado de fundo. Embora alguns exemplos potenciais poderosos de penetração cognitiva envolvam influências em para onde a atenção é direcionada,^[4] a discussão será mais tratável se deixarmos de lado as complicações introduzidas considerando a atenção como um efeito da penetração cognitiva. Isso sugere uma segunda tentativa:

Penetrabilidade cognitiva (segunda tentativa):

Se a experiência visual é cognitivamente penetrável, então é nomologicamente possível para dois sujeitos (ou para um sujeito em diferentes circunstâncias contrafactuais, ou em diferentes momentos) terem experiências visuais com diferentes conteúdos, embora vejam e prestem atenção aos mesmos estímulos distais sob as mesmas condições externas, como resultado de diferenças em outros estados cognitivos (incluindo afetivos).

Na maioria dos casos de penetração cognitiva, vale o seguinte contrafactual:

Se o sujeito não estivesse no estado de fundo B, mas estivesse vendo e prestando atenção aos mesmos estímulos distais, não teria uma experiência com conteúdo p.

Se há alguma penetração cognitiva no mundo real, esse contrafactual se sustenta em boa parte do tempo. Mas ele não fornece uma definição da penetração cognitiva, pelas razões habituais. Em algumas situações, um sujeito tem uma experiência de que p por causa de seu estado de fundo B, mas se esse sujeito não estivesse em B, estaria no estado B*, que também o levaria a ter uma experiência de que p. Em outras situações, um sujeito tem uma experiência de que p por causa de seu estado de fundo B, mas se não estivesse em B, um poder superior o faria ter uma experiência de que p.

Com a segunda tentativa na mesa, podemos ver como oponentes da penetrabilidade cognitiva poderiam tentar redescrever os casos putativos de penetrabilidade cognitiva. Eles poderiam apelar para qualquer uma dessas quatro alternativas:

1- *Erro de introspecção*. Quando você está deprimido, as coisas não parecem realmente cinzas. Mas você crê que elas parecem cinzas.

Aqui o estado de fundo está influenciando suas crenças sobre a sua experiência, mas não os conteúdos da sua experiência em si.

2- *Influência limitada a crenças de primeira ordem posteriores à experiência*. Quando você aprende como pinheiros se parecem, sua experiência não representa as árvores como sendo pinheiros — ela apenas representa propriedades de cor, forma, iluminação e movimento. Mas você forma a crença de que elas são pinheiros.

Aqui o estado de fundo está influenciando suas crenças de primeira ordem, sem influenciar os conteúdos da experiência em si.

3- *Efeito de seleção*. Flores realmente cheiram bem, mas você só percebe isso quando está de bom humor. Da mesma forma, a casa decrepita tem uma aparência sinistra, mas você só percebe isso quando instruído com a hipótese de que o vilão morava lá.

Aqui o estado de fundo tem um efeito seletivo.

Vou supor que há alguns casos genuínos de penetração cognitiva da experiência visual — casos que não podem ser redescritos com precisão de nenhuma dessas maneiras. Essa suposição seria uma afirmação empírica substancial. Em vez de defendê-la neste artigo, o objeto principal é explorar o desafio epistêmico que surge uma vez que a suposição é feita.

Há dois tópicos principais de controvérsia acerca da suposição de penetrabilidade cognitiva. O primeiro diz respeito à sua extensão. Até que ponto experiências visuais são influenciadas por outros aspectos da cognição é uma questão em aberto. Há muitos resultados experimentais sugestivos,^[5] a área cerebral V1 está conectada via milhares de neurônios à amígdala, então a arquitetura cerebral não exclui influências emocionais nas experiências visuais. Mas apenas fatos sobre arquitetura cerebral não resolvem a questão, e ainda não está claro se a penetração cognitiva da experiência visual é a exceção ou a norma.

Segundo, é uma consequência potencial da influência cognitiva na experiência visual que seus conteúdos sejam "ricos", de modo que ela possa representar propriedades como ser sinistro, ou ser uma folha de pinheiro. Alguns filósofos pensam que há limites sobre quão "ricos" os conteúdos da experiência podem ser. Por exemplo, alguns negariam que ser sinistra seja realmente uma maneira que uma casa (ou qualquer outra coisa) possa parecer, pela razão de que a experiência visual pode representar apenas uma classe bastante limitada de propriedades, não indo muito além da cor, forma, iluminação e movimento.

Esses dois tópicos de controvérsia são independentes. A penetrabilidade cognitiva é uma tese sobre a etiologia dos conteúdos da experiência, enquanto teses afirmando ou negando a riqueza dizem respeito a quais conteúdos as experiências podem ter, em vez de sua etiologia. Alguém poderia negar que as experiências são cognitivamente penetráveis, mas sustentar que alguns conteúdos experienciais são "ricos". Por exemplo, é presumível que a causação caia no lado "rico" da divisão enriquecidos/empobrecidos entre os conteúdos da experiência visual, mas é coerente supor que as experiências representam causação devido a conexões não programáveis [*hard-wiring*], não como resultado da penetrabilidade cognitiva. Por outro lado, alguém poderia aceitar que experiências possam ser cognitivamente penetradas, negando, ao mesmo tempo, que isso alguma vez resulte em conteúdos "ricos", porque há limites sobre quais conteúdos as experiências podem vir a ter como resultado de penetração cognitiva.

Não é necessário resolver a controvérsia sobre a extensão da penetração cognitiva para fazer o desafio epistêmico decolar. Teorias da justificação perceptiva fazem predições sobre as circunstâncias em que as experiências visuais podem justificar crenças. Essas predições dizem respeito a casos hipotéticos, bem como a casos reais. Para gerar uma objeção ao dogmatismo, por exemplo, bastaria um caso hipotético para o qual o dogmatismo prevê faz uma predição falsa quanto a uma experiência de que *p*, nas circunstâncias hipotéticas, justificar imediatamente que o sujeito crese que *p*.^[6] Então, para entender a questão epistemológica, podemos deixar de lado a questão empírica sobre o quanto as experiências visuais são cognitivamente penetradas. Acontece que, embora os exemplos de penetração cognitiva que discutirei provavelmente não sejam reais, eles também não são improváveis.

2. Dogmatismo

O dogmatismo é assim chamado devido à resposta ao ceticismo que recomenda. Esta consiste em duas afirmações principais. A primeira é que na ausência de anuladores, ter uma experiência perceptiva com conteúdo p é suficiente para justificar a crença de que p . A segunda é que quando a experiência de um sujeito S justifica a crença de que p , a justificação é imediata: não precisa haver proposições adicionais que justifiquem S crer que p para que a experiência justifique crer que p — ou, se houver, estar justificado em crer nessas proposições não precisa desempenhar um papel na obtenção de uma justificação, por S , na crença de que p a partir de sua experiência.^[7] O alvo principal do desafio epistêmico da penetração cognitiva é a primeira afirmação; então, o alvo é um pouco mais amplo que o dogmatismo.

O dogmatismo é motivado pela estrutura maximamente simples que concede à justificação perceptiva. Tal simplicidade é atraente na medida em que a justificação perceptiva parece, à primeira vista, ser algo descomplicado. É também motivado pelo respeito concedido ao aspecto presentacional da experiência visual. Estarmos em contato com nosso ambiente imediato é parte da fenomenologia distintiva da visão. A experiência parece nos dizer como as coisas estão em nosso ambiente. Possivelmente seja parte do que a faz parecer adequada para ser um tribunal que nos permite testar crenças em comparação com a realidade, de modo que se quisermos saber quão longa é a haste de uma rosa, ou se ela tem espinhos, ou se resta alguma mostarda no pote, podemos olhar e descobrir.

Tal como especificado, o dogmatismo parece exigir que haja ao menos alguns conteúdos de experiências que também possam ser conteúdos de crenças. Alguns pensadores negam isso. Segundo eles, experiências têm conteúdos cuja verdade pode ser verificada, mas esses conteúdos diferem tão fundamentalmente em sua

estrutura e natureza que não podem ser conteúdos de crenças. Às vezes tais conteúdos são ditos "não conceituais", assumindo-se que os conteúdos de crenças são "conceituais". Mesmo assim, muitas dessas perspectivas são capazes de aceitar que experiências fornecem justificação imediata para crenças. Elas precisam apenas fornecer uma explicação de como conteúdos "não conceituais" podem estar sistematicamente relacionados a conteúdos de crenças. De qualquer modo, fornecer tal explicação seria necessário — independentemente de perspectivas sobre a estrutura da justificação perceptiva —, para descrever as diferenças entre crenças que estão mais próximas dos dados sensórios imediatos e crenças mais distantes delas. Para simplificar, falarei como se os mesmos conteúdos pudessem ser conteúdos de experiências e de crenças.

Há muitas versões possíveis do dogmatismo. Com respeito aos conteúdos, o dogmatismo pode ser puro ou limitado. O dogmatismo puro não coloca limites nos valores de p com respeito aos quais experiências de que p podem imediatamente justificar crenças de que p , na ausência de anuladores, enquanto o dogmatismo limitado-por-conteúdos invoca tais limites. O dogmatismo também pode ser limitado ou ilimitado com respeito à modalidade sensorial. O dogmatismo ilimitado-por-modalidade não impõe limites sobre quais modalidades sensoriais sediam experiências que podem fornecer justificação imediata, na ausência de anuladores, enquanto o dogmatismo limitado-por-modalidade sustenta que apenas alguns tipos de experiências (por exemplo, experiências visuais, ou experiências corporais como ter dor de cabeça) fornecem tal justificação. Versões do dogmatismo também poderiam ser expandidas para além das modalidades perceptivas, de forma a incluir outras fontes potenciais de justificação, como a memória ou o testemunho.

Finalmente, o dogmatismo é frequentemente discutido como uma perspectiva sobre a justificação, dentro da qual a noção de justificação deve ser genérica, ligada ao que é epistemicamente apropriado crer. Perspectivas próximas ao dogmatismo

também poderiam ser definidas com respeito a outras noções epistêmicas, incluindo conhecimento (Se você tem uma experiência visual de que p e não há anuladores, então você sabe que p), ou noções deônticas (Se você tem uma experiência visual de que p e não há anuladores, então, caso creia que p, você está absolvido da irresponsabilidade epistêmica de crer que p). Essas perspectivas são variações apenas do primeiro dos dois elementos principais do dogmatismo: que, na ausência de anuladores, uma experiência de que p por si só é suficiente para fornecer justificação para p.

Para os nossos propósitos, a versão relevante é o dogmatismo puro quanto a experiências visuais, usando a noção genérica de justificação ligada ao que é epistemicamente apropriado crer, onde essa noção é binária em vez de gradual. A razão para levar em consideração o dogmatismo puro é que estabelecer limites nos conteúdos aos quais o dogmatismo se aplica está em desacordo com a motivação fenomenológica do dogmatismo, além de ser irrelevante, porque o desafio epistêmico pode ser colocado mesmo no caso de conteúdos de "nível inferior", como cor e forma. Mais adiante (nas seções 4 e 5), veremos como o desafio da penetrabilidade cognitiva se aplica ao dogmatismo quando faz uso de uma noção gradual de justificação. Essa versão do dogmatismo envolve uma noção de melhoria epistêmica, em vez de justificação *simpliciter*. Segundo ela, se você tem uma experiência visual de que p e não há anuladores, então a experiência por si só é suficiente para impulsionar levemente a justificação da proposição p,^[8] mas esse impulso evidencial pode ser insuficiente para tornar a crença de que p epistemicamente apropriada.

3. Alguns casos de experiências cognitivamente penetradas

Para avaliar as predições do dogmatismo sobre o status epistêmico de experiências cognitivamente penetradas, consideremos, um pouco mais detalhadamente, dois casos putativos dessas experiências. Por estipulação, esses são casos genuínos de penetração cognitiva, e por isso não podem ser redescritos de nenhuma das maneiras revisadas anteriormente (erro de introspecção, influência limitada a estados de crença posteriores à experiência, ou efeito de seleção).

Caso 1: Jack com aparência de brabo. Jill crê, sem justificação, que Jack está brabo com ela. A atitude epistemicamente apropriada para Jill adotar em relação à proposição de que Jack está brabo com ela seria suspender sua crença. Mas sua atitude é epistemicamente inapropriada. Quando ela vê Jack, sua crença faz Jack lhe parecer brabo. Se Jill não acreditasse que Jack está brabo com ela, sua experiência não o representaria como brabo.

Quais são exatamente os conteúdos de experiências visuais que representam uma pessoa como braba? Há várias subquestões envolvidas aqui. Primeiramente, os conteúdos relacionados à raiva atribuem a propriedade da brabeza a uma pessoa, ou atribuem a propriedade de expressar brabeza a um rosto, ou ainda, à configuração geométrica do rosto? Para que tenhamos uma proposta específica com que trabalhar, vou supor que tais conteúdos atribuem brabeza a uma pessoa. Afinal, não importará se os únicos conteúdos nas proximidades dizem respeito à expressão do rosto.

Em segundo lugar, para especificar os conteúdos da experiência cognitivamente penetrada, precisamos de uma maneira de representar a pessoa braba, e aqui há *prima facie* várias opções plausíveis, incluindo análogos mentais do pronome de segunda pessoa, do pronome de terceira pessoa ou de uma expressão demonstrativa

como "aquela pessoa"; e opções adicionais da mesma natureza desses próprios análogos mentais. Como nenhuma dessas diferenças importa para os nossos propósitos, na caracterização do conteúdo representando qualquer uma dessas opções podemos usar apenas a variável X.

Com essas suposições em mãos, podemos rotular o conteúdo da experiência cognitivamente penetrada:

E1: X está brabo.

Por hipótese, Jill crê que E1 antes de ver Jack. E, por hipótese, E1 é um conteúdo da experiência de Jill, e não seria um conteúdo da experiência visual que ela tem ao ver Jack se ela não acreditasse que E1. Essas duas características do caso derivam do status da experiência como cognitivamente penetrada pela crença.

Vamos supor que a atitude epistemicamente apropriada para Jill adotar em relação a E1, antes de ver Jack, é suspender a sua crença. Dada toda a informação relevante sobre os estados mentais de Jack antes de vê-lo, uma pessoa epistemicamente sem falhas não creria que ele está brabo, e por isso Jill não deveria crer que ele está brabo. Jill deveria suspender a sua crença até obter mais informação. Assim, no exemplo, a atitude de Jill em relação a E1 (antes de ver Jack) não é epistemicamente apropriada.

Embora estejamos supondo que os conteúdos da crença cognitivamente penetrante e da experiência cognitivamente penetrada são os mesmos (E1), os estados de crença que E1 e da experiência visual com conteúdo E1 são propriedades mentais bastante diferentes. A experiência visual tem um caráter fenomênico, e há muitos outros conteúdos relativos à experiência também, como conteúdos caracterizando outras aparências do rosto de Jack. Chamemos a crença com conteúdo E1 de crença-de-brabeza, e a experiência com conteúdo E1 de experiência-representando-brabeza. (Se for falsa a suposição simplificadora de que estados tão diferentes quanto uma crença e uma experiência podem compartilhar conteúdos, então a experiência-

representando-brabeza não terá E1 entre seus conteúdos, mas terá alguns outros conteúdos tais que, ao tê-los, a experiência-representando-brabeza representa que Jack está brabo.)

Se a experiência-representando-brabeza fornece justificação para a crença-de-brabeza, então essa experiência pode elevar a posição epistêmica de Jill que contém uma crença epistemicamente inapropriada para uma posição que contém uma crença justificada (epistemicamente apropriada). Antes de ver Jack, a evidência disponível para Jill não justificava que ela pensasse que Jack estava brabo nem que pensasse que ele não estava brabo. Segundo o dogmatismo, assim que a experiência-representando-brabeza entra em cena, torna-se epistemicamente apropriado manter a crença-de-brabeza, desde que não haja anuladores.

A predição de elevação para o caso da brabeza é que uma experiência com conteúdo E1 fornece justificação para crer que E1.

O segundo caso tem a mesma estrutura.

Caso 2: Preformismo. Muitos dos primeiros usuários de microscópios favoreciam o preformismo na teoria sobre a reprodução dos mamíferos. Alguns deles alegavam ver embriões em espermatozoides que haviam examinado usando um microscópio. [9]

Antes de olhar para espermatozoides pelo microscópio, nosso preformista (talvez fictício) prefere a hipótese de que há embriões em espermatozoides saudáveis. Naquele momento, nenhuma teoria sobre a reprodução dos mamíferos estava bem confirmada, e a atitude epistemicamente apropriada a ser adotada em relação ao preformismo seria a suspensão dessa crença. Mas nosso preformista não a suspende. Ao olhar pelo microscópio, ele tem uma experiência com conteúdo E2.

E2: Há um embrião no espermatozoide.

A predição de elevação no caso do preformismo é que uma experiência com conteúdo E2 fornece justificção para crer que E2. Quando combinada com a suposição de que o caso particular de um embrião no espermatozoide apoia a tese geral do preformismo (por exemplo, por abdução), essa predição resulta em justificção para crer que o preformismo é verdadeiro.

Nesses casos, os conteúdos da experiência cognitivamente penetrada são os mesmos que os conteúdos do estado penetrante. Em muitos casos de penetração cognitiva, entretanto, os conteúdos irão divergir. O próprio preformismo seria um desses casos, se ele não fosse exageradamente simplificado, tal como acima. Antes de olhar pelo microscópio, o preformista não tem capacidade de identificar qualquer espermatozoide em particular; e então não tem capacidade de crer que E2. Em outros casos, o estado penetrante pode ter um conteúdo mais geral que o conteúdo da experiência. Por exemplo, na depressão, o estado penetrante é um humor geral, enquanto a experiência dirá respeito a itens específicos.

Em seu artigo defendendo o dogmatismo, James Pryor discute brevemente a penetração cognitiva:

A afirmação de que a observação é carregada de teoria [theory-laden] pode significar que a teoria que você sustenta pode afetar causalmente as experiências que você tem... Por exemplo, se você crê que o objeto que está observando é uma... cenoura, é provável que você o experiencie como mais alaranjado do que se não cresse que é uma cenoura... Isso... mostra que sua justificção para crer que o objeto é laranja não pode ser imediata? Não. Meu interesse diz respeito a quais transições da experiência para a crença resultariam em crença justificada. Quer dizer, diz respeito a como chegamos a ter essas experiências [de transição], antes de tudo. Se essas experiências podem

ser imediatas ou quais delas resultam em crenças justificadas são independentes.^[10]

Pryor afirma que a penetração cognitiva em si não impede a justificação imediata, pois não ela precisa introduzir intermediários justificativos. Isso parece correto. Pryor também sugere que ela em nada impede a justificação, com base na ideia de que a etiologia e a justificação são questões independentes. Mas os casos recém descritos sugerem que a etiologia introduzida pela penetração cognitiva às vezes impede a justificação, não por forçar a estrutura de justificação a ser mediata ao invés de imediata, mas porque alguns tipos de etiologia parecem impor restrições sobre quando experiências podem simplesmente justificar crenças — a fortiori, quando experiências podem justificá-las imediatamente.

4. O desafio para o dogmatismo

Nos casos problemáticos, o dogmatista pode se livrar da dificuldade de duas maneiras. Primeiro, se há um anulador, então nenhuma predição de elevação é feita. Segundo, mesmo se não há anulador, talvez a predição de elevação seja mais plausível do que sugeri. Consideremos cada uma dessas respostas.

4.1 A predição de elevação é plausível?

Se a penetração cognitiva estiver no mesmo nível que ser súbita e fortemente sacudido por uma força externa, isso pode fazer com que as predições de elevação pareçam aceitáveis. Compare uma situação na qual um choque aleatório o faz ter uma experiência visual que representa um cubo vermelho à sua frente. Segundo o dogmatista, essa experiência ainda poderia ser uma fonte de justificação para crer que há um cubo vermelho à sua frente. Seria um caso em que, não obstante ter sido

causada acidentalmente – um acidente psicológico – uma experiência o elevaria epistemicamente.

Talvez a penetração cognitiva seja semelhante a ser subitamente movido a ter uma experiência que p, exceto que o choque vem de dentro do próprio sistema cognitivo. Se choques externos podem permitir a elevação epistêmica, pode-se pensar que experiências cognitivamente penetradas também podem permiti-la. Se a analogia entre penetração cognitiva e o caso do choque for válida, então o processo todo pelo qual as experiências são cognitivamente penetradas não está sob o controle racional de um sujeito.

Uma maneira de complementar essa ideia é associar a justificação à inocência epistêmica. Suponha que crenças formadas de maneira inocente sejam sempre crenças justificadas. Então, se você é inocente, antes de tudo, quanto à sua experiência cognitivamente penetrada, e inocente quanto à formação de uma crença com base nessa experiência, então a predição de elevação é plausível – mesmo que o estado penetrante não seja ele mesmo justificado.

Deixando de lado a questão controversa sobre se a justificação deveria ser associada à inocência,^[11] é duvidoso que todos os casos de experiência cognitivamente penetrada sejam análogos ao do choque de modo relevante. É provável que alguns penetradores cognitivos (putativos, potenciais) estejam sob o controle racional de um sujeito. Por exemplo, nós responsabilizamos pessoas por alguns traços de personalidade, como ser excessiva ou insuficientemente confiante. Se a vaidade leva um artista a experienciar como aprovadora a expressão neutra no rosto de qualquer membro da audiência, então a relação entre sua vaidade e sua experiência não é muito parecida com um choque. Podemos ver outras instâncias de penetração cognitiva dissimilares ao choque, levando em consideração algumas variantes do caso do preformismo. Digamos que fatores-de-neutralidade são fatores que fazem

da suspensão da crença a atitude epistemicamente apropriada a ser tomada em relação a uma proposição p. Fatores-de-neutralidade figuram nestes casos:

Caso A. (Confusão) O preformista está confuso sobre os fatores-de-neutralidade relevantes, erroneamente tomando-os como suporte para o preformismo.

Caso B. (Dogma) O preformista está ciente dos fatores-de-neutralidade, mas determinado a sustentar o preformismo de qualquer modo (por exemplo, por fé ou dogma).

Assim como responsabilizamos pessoas por traços de personalidade como excesso ou insuficiência de confiança, também frequentemente as responsabilizamos por estarem confusas, por crenças formadas com base na confusão e por falhas conhecidas em ajustar suas crenças de acordo com a evidência. Nos casos em que a confusão, o dogma, a vaidade ou falta de confiança são penetradores, a comparação com o choque não se sustenta e não tornará mais plausível a predição de elevação.

Uma tentativa diferente de justificar as predições de elevação vem do internalismo de acesso [*access internalism*], que limita os fatores determinantes^[12] o grau de justificação de uma crença aos fatores acessíveis ao sujeito. Faz parte do espírito do internalismo de acesso endossar a seguinte alegação de superveniência a respeito de quais proposições as experiências podem por si só justificar:

Superveniência de Acesso: os fatos sobre quais proposições a experiência de um sujeito por si só justifica se sobrepõem aos fatores acessíveis ao sujeito.

Fatores acessíveis são tipicamente tomados como incluindo os estados fenomênicos do sujeito, como suas experiências. Por exemplo, compare duas situações envolvendo Jill. Em ambas, ao ver Jack, ela tem uma experiência visual que o representa como estando brabo, mas, no primeiro caso, essa experiência é penetrada por sua crença antecedente e injustificada de que Jack está brabo, enquanto no

segundo caso, não, e assim sua experiência a coloca em contato perceptivo com a real expressão de brabeza de Jack. Vamos supor que, em ambos os casos, todos os outros fatores acessíveis são os mesmos. Em particular, no caso em que a crença antecedente de Jill penetra sua experiência, Jill não tem acesso, antes de sua experiência, ao fato de que ela crê que Jack está brabo com ela, ou à sua influência sobre sua experiência.

Se a alegação da superveniência de acesso for verdadeira, então a experiência cognitivamente penetrada de Jill não pode fornecer menos justificção para crer que Jack está brabo do que a fornecida por seu contato perceptivo com a brabeza de Jack. Supondo que o contato perceptivo forneça uma justificção independente para crer que Jack está brabo, a experiência cognitivamente penetrada também precisa fornecê-la.

Este par de casos envolvendo Jill não é exatamente um trunfo para a alegação da superveniência de acesso. O fato de este caso envolver um ciclo de retroalimentação entre a crença antecedente de Jill de que Jack está brabo, a sua experiência e a confiança resultante de que Jack está brabo no mínimo pressiona teorias que associam o poder justificativo da experiência cognitivamente penetrada ao da cognitivamente não-penetrada. Há algo ridiculamente absurdo em um círculo de fofoca, especialmente no caso de o fofoqueiro e seu ouvinte serem a mesma pessoa.

De qualquer modo, visto que essa alegação de superveniência é pelo menos tão controversa quanto o internalismo de acesso, é improvável que ela forneça o tipo de suporte para a predição de elevação que convencesse firmemente alguém inicialmente agnóstico sobre a questão.

Talvez quanto menor for a elevação, mais plausível se torne a sua predição. Podemos desenvolver essa ideia abandonando a noção binária de justificção considerada até agora, favorecendo uma versão do dogmatismo onde a justificção de uma

proposição p por uma experiência de que p seja gradual. Considere a perspectiva de que, na ausência de anuladores, todas as experiências de que p por si mesmas justificam sua crença de que p , mas só garantem um pequeno impulso de justificação, de modo que o impulso evidencial que independe de quaisquer outros fatores seja sempre pequeno. Por exemplo, num caso perceptivo normal, em que intuitivamente, em grau $N+$, se justifica sua crença de que p , o impulso obtido só da experiência apenas o eleva ao grau N de justificação. Nesses casos, você acaba justificando a sua crença, em grau $N+$, graças a outros fatores (como crenças de fundo, ou o status de sua experiência como resultado de um processo adequado), que se combinam com a experiência para lhe fornecer a diferença entre $N+$ e N . É compatível com essa perspectiva que alguns casos de penetração cognitiva comprometam epistemicamente a experiência, sem comprometer o impulso evidencial fornecido pela experiência apenas, já que esse impulso é sempre inicialmente pequeno.

A proposta de minimizar o grau de justificação fornecido pela experiência apenas pode ser vista como um meio-termo entre a posição de que a predição de elevação é implausível e a de que essa predição é adequada.

Se o impulso evidencial fornecido pela experiência apenas é o mesmo em todos os casos, então enfraquecê-lo para acomodar casos de penetração cognitiva epistemicamente ruim enfraquecerá a justificação fornecida pela experiência em casos descomplicados, tais como o de alguém que descobre que o pote de mostarda está na geladeira ao vê-lo. O principal papel justificativo da experiência não será desempenhado pela experiência apenas e não será imediato.^[13] Em contraste, se o grau de justificação fornecido pela experiência apenas só variasse dependendo de condições de fundo [*background conditions*], incluindo uma penetração cognitiva epistemicamente ruim, então isso apoia a ideia de que alguns tipos de penetração cognitiva comprometem a justificação para crer que p que uma experiência de que

p por si só pode fornecer. Finalmente, a comparação com círculos de fofoca e outros ciclos de retroalimentação sugere que pouquíssima, se é que alguma, justificação é fornecida pela experiência por si só, em pelo menos alguns casos de penetração cognitiva epistemicamente ruim.

4.2 Há um anulador?

Quando perguntamos se, nos casos da brabeza ou do preformismo, há um anulador para a justificação fornecida pelas experiências, estamos perguntando se há um anulador solapador [*undercutting defeater*]. Em geral, um anulador solapador de uma fonte putativa de justificação para uma proposição p é um fator que remove a fonte putativa de justificação para p. Em contraste, um anulador refutador [*rebutting defeater*] para uma proposição p é um fator que apoia a negação de p. Em nossos casos, se há anuladores refutadores para as proposições E1 ou E2 (ou para o preformismo em geral) não é relevante para avaliar se experiências com conteúdos E1 ou E2 podem fornecer justificação para crer que E1 ou E2.^[14]

A distinção entre anuladores solapadores e refutadores é paralela à distinção entre anuladores proposicionais, que podem estar fora do alcance do conhecimento [*ken*] do sujeito, e anuladores evidenciais, que não podem. É preciso conceder que alguns casos de experiências cognitivamente penetradas claramente envolverão anuladores evidenciais. Por exemplo, haveria um anulador evidencial solapador para a sua experiência de que p, pelo menos em alguns casos, se:

- (i) você acreditasse não ter uma experiência de que p se não tivesse previamente acreditado/esperado/confiado/desejado que p, e
- (ii) você acreditasse que antes de ter a experiência, p não era justificado.

Casos com tais anuladores evidenciais não representariam desafio algum ao dogmatismo, tal como é tradicionalmente formulado, porque tradicionalmente o dogmatismo é formulado com anuladores evidenciais. Versões do dogmatismo que

usassem anuladores proposicionais resultariam numa noção de justificação que é amplamente externalista, em vez de amplamente internalista.^[15]

Esses tipos de anuladores evidenciais nem sempre estarão presentes em casos em que a predição de elevação é implausível. Eles não parecem se aplicar aos casos A e B acima (envolvendo confusão e dogma). Nem se aplicam a uma terceira variante do caso do preformismo, onde a elevação epistêmica parece igualmente implausível:

Caso C. (Esperança) O aspirante a preformista espera que o preformismo seja verdadeiro. Ele não está sob ilusão alguma sobre a (falta de) evidência para isso. Ele apenas espera que seja verdadeiro.

O anulador que estamos considerando (afirmações (i) e (ii) acima) não se aplica a esses casos por duas razões. Primeiro, embora você possa estar ciente de que sua experiência depende de sua esperança, confusão, ou dogma, não é preciso que você esteja ciente. Segundo, alguns estados penetrantes, como humores (ansiedade, depressão) e traços de personalidade (falta/excesso de confiança) não podem incorporar facilmente esse estilo de anulador, pois pode não haver proposição relevante p para ser conectada ao sistema cognitivo.

Em contraste, o anulador que estamos considerando parece estar presente em casos em que o sujeito usa a penetração cognitiva para manipular sua própria evidência perceptiva. Considere o caso D:

Caso D. (Manipulação de evidência) Albert ressentia a boa sorte de Bea. Ele desejava que ela tivesse alguma imperfeição. Pela interpretação inicialmente intencional e equivocada do comportamento passado de Bea, ele se convenceu de que ela é uma pessoa braba e confia que ela parecerá braba quando a vir. Quando ele finalmente se convenceu disso, em parte o considera um insight. Albert também crê que Bea, após o insight, lhe parecerá diferente. Ele acha que será capaz de ver no rosto de Bea o que "aprendeu" sobre o caráter dela ao refletir sobre seu comportamento passado.

Isso o agrada, pois ele acha que se colocou numa posição que melhorará sua situação epistêmica: a aparência de brabeza que ele espera ver no rosto de Bea confirmará seu insight quando ele a vir.

As complexidades psicológicas de Albert envolvem manipular sua própria situação evidencial. Mas em algum nível, através da complexidade, ele ainda pode atender às condições (i) e (ii), em cujo caso sua experiência que representa Bea como braba é provavelmente solapada como fonte de justificação para sua crença.

Finalmente, considere uma variante do caso da brabeza envolvendo amnésia:

Caso E. (Amnésia) Antes de ver Jack, Jill forma a crença de que ele está brabo com ela, mas ela está tirando conclusões precipitadas. Talvez ela esteja confusa sobre qual é a conclusão certa, ou talvez esteja patologicamente determinada a crer que Jack está brabo. (Até aqui, o caso E é bastante semelhante aos casos A e B). Mas antes de ver Jack outra vez, Jill se esquece que é isso que ela pensa. (compare com o preformista amnésico).

Neste caso, as condições (i) e (ii) claramente não são atendidas; então, não há um tal anulador. (Embora se deva observar que um internalista de acesso [*access internalist*] poderia dizer que a predição de elevação epistêmica se torna plausível com o início da amnésia, baseando-se na ideia de que a amnésia remove um anulador potencial — a saber, o acesso do sujeito ao penetrador, e com isso seu acesso ao papel do penetrador na produção da experiência. Esta sugestão foi abordada no final da seção 4.1).

4.3 Outros potenciais anuladores evidenciais nos casos problemáticos

Segundo uma primeira proposta, a estrutura circular introduzida pela penetração cognitiva solapa a experiência de que p como fonte de justificação para p, contanto que você esteja ciente disso ou seja capaz de ter ciência disso. Por exemplo, nos casos

A - D acima — isto é, todos, exceto os casos de esquecimento — Jill é capaz de notar que sua experiência se conforma ao que ela já crê. Talvez isso devesse fazê-la parar para pensar melhor pausa. Talvez o fato de que sua observação confirme sua crença antecedente eleva o patamar para a justificação perceptiva. Podemos formular essa proposta como o seguinte princípio:

Verificação-dupla-1: *Se você nota ou é capaz de notar que tem uma experiência de que p ao mesmo tempo que previamente acreditava que p ou favorecia p como hipótese, então sua experiência de que p por si só não é suficiente para justificar a crença.*

Podemos comparar o princípio da Verificação-dupla-1 à justificativa para estudos triplo-cegos, nos quais o intérprete de dados experimentais (por exemplo, um estatístico) não sabe para qual hipótese os dados coletados servem como teste. Uma razão para estudos triplo-cegos é que a ciência de qual hipótese está sendo testada poderia influenciar a interpretação dos dados pelo analista.

A Verificação-dupla-1, entretanto, não é um princípio promissor ao qual o dogmatista possa recorrer. Antes de o cético desafiá-lo, você crê que tem mãos. Mas se esse princípio fosse verdadeiro, então a experiência não poderia fornecer justificação imediata para você crer que tem mãos. Visto que esse cenário deveria mostrar a simplicidade da justificação perceptiva tal qual o dogmatismo a constrói, o princípio da Verificação-dupla-1 diluiria significativamente a força do dogmatismo.

Mesmo deixando de lado esses desafios céticos, o princípio da Verificação-dupla-1 torna a justificação perceptiva menos frequente do que o dogmatismo pretende. Antes de entrar numa sala de aula pela primeira vez, você pode ter a expectativa de que ela tenha cadeiras. Mas se esse princípio fosse verdadeiro, então sua experiência,

ao ver as cadeiras na sala, não poderia fornecer justificção imediata, ou justificção por si só, para sua crença de que a sala contém cadeiras. De modo mais geral, quase sempre temos expectativas sobre o que veremos, e se essas expectativas enfraquecessem a força justificativa das experiências, então as experiências raramente forneceriam o tipo de justificção para crenças que os dogmatistas dizem ser característico delas.^[16]

Em resposta a tais dificuldades, alguém poderia revisar o princípio para tornar a necessidade de verificação dupla menos pervasiva. Talvez a necessidade de verificação dupla surja não apenas quando sua experiência manifestamente se conforma a expectativas antecedentes, mas quando sua experiência é manifestamente influenciada por essas expectativas. Um princípio que captura esta ideia é a Verificação-dupla-2:

Verificação-dupla-2: Se você nota, suspeita, ou é capaz de notar que você tem uma experiência de que p ao mesmo tempo que — e *porque* — previamente acreditava que p ou favorecia p como hipótese, então sua experiência de que p por si só não é suficiente para justificar a crença.

A Verificação-dupla-2 implica que se você suspeitar de penetração cognitiva por um estado doxástico, então sua experiência será solapada como fonte de justificção imediata. Como tal, isso impediria que experiências por si mesmas justificassem crenças (mediata ou imediatamente), mesmo em casos em que a penetração cognitiva parece epistemicamente boa ou neutra. Por exemplo, suponha que você se lembra de quão diferentes as árvores na floresta em risco de extinção pareciam antes de você aprender que são eucaliptos. Intuitivamente, isso não deveria impedir sua experiência de justificar a crença de que as árvores são eucaliptos. Ou suponha que você seja um vilão reabilitado e, ao ver um ladrão roubando a carteira de alguém no metrô, você percebe que, enquanto antes teria admirado a habilidade do ladrão, agora a sua reação mais visível é de desaprovação, e você atribui essa mudança à sua

reabilitação. Supondo que a sua experiência visual representa esse ato de roubo como errado — representação que resulta da penetração cognitiva por uma virtude recém-adquirida — a mera consciência desse tipo de transformação da vilania não deveria impedir a sua experiência de justificar a sua crença de que o ato é errado.

Deixando de lado os casos de penetração cognitiva epistemicamente boa, a Verificação dupla-2 não fornecerá um anulador em todos os casos em que a elevação epistêmica seja provavelmente implausível. A condição da Verificação-dupla-2 é similar à condição (i) no primeiro anulador evidencial que consideramos, e a aplicação de ambos os anuladores é limitada de maneiras similares. Nenhum deles se aplicará a casos nos quais o sujeito não é capaz de notar a dependência de sua experiência com respeito a um estado penetrante, como o caso da amnésia, ou casos nos quais um traço de personalidade do qual o sujeito não está ciente penetra sua experiência. Como notamos anteriormente, pessoas insuficiente ou excessivamente confiantes amiúde não estão cientes desses traços, e então permanecem alheios à influência do traço de personalidade sobre sua experiência. Finalmente, já que a extensão da penetração cognitiva é uma questão empírica substantiva e aberta, que requer experimentação para ser resolvida, muitos sujeitos não serão capazes de notá-la quando ela ocorrer.

Nos casos de experiências cognitivamente penetradas em que a elevação epistêmica é implausível, é difícil ver qual seria o anulador solapador. Para evitar ficarem presos à predição implausível de elevação epistêmica, parece que o dogmatismo e outras teorias que analisam a justificação em termos de anuladores precisariam de anuladores proposicionais.

Anuladores proposicionais poderiam auxiliar o dogmatismo nesses casos, já que não há exigência de que o fator anulador esteja ao alcance do conhecimento do sujeito. Por exemplo, se pudéssemos identificar o tipo epistemicamente ruim de penetração cognitiva, então se poderia formular um anulador proposicional que

refletisse esse tipo específico de etiologia dos conteúdos da experiência. Mas este resultado se afastaria do espírito geral do dogmatismo, que concede à experiência em si um poder justificativo amplamente independente da sua etiologia.

5. Como o desafio se generaliza

Discutimos até aqui o desafio posto pela penetração cognitiva a uma versão simples do dogmatismo. Mas o desafio se aplica muito mais amplamente.

Em primeiro lugar, o desafio não é evitado ao excluir completamente as experiências do quadro epistêmico. Suponha que a própria ideia de haver experiências seja colocada em dúvida, ou suponha que alguém rejeite a ideia de que experiências têm conteúdos.^[17] O desafio poderia ser reformulado em termos da assimilação [*uptake*] de estímulos perceptivos, em vez de experiências visuais. Quando a assimilação é influenciada por casos problemáticos de penetração cognitiva, crenças como as de que existe um embrião no esperma ou Jack está brabo, resultantes intuitivamente da assimilação perceptiva, não se justificariam.

Em segundo, o desafio se aplica ao coerentismo tanto quanto ao dogmatismo. Considere um conjunto de crenças (ou crenças mais experiências) que estão no limiar da coerência que justificaria a crença de que q . Com a adição de uma experiência de que q , o conjunto ultrapassará o limiar da coerência, e a crença de que q será justificada. Agora suponha que a experiência de que q é cognitivamente penetrada de um modo que, intuitivamente, deveria diminuir a sua força justificativa. A perspectiva coerentista então predirá uma elevação epistêmica quando intuitivamente não deveria haver nenhuma.

Em terceiro, descrevi o desafio epistêmico posto pela penetração cognitiva em termos da elevação que atravessa um limiar para a crença epistemicamente apropriada. A elevação através deste limiar é um modo dramático de apresentar o

desafio posto pela penetrabilidade cognitiva, mas não deveríamos pensar nesse desafio como ligado exclusivamente a tal tipo de cenário. Em alguns casos de penetração cognitiva, o estado penetrante é justificado, mas, possivelmente a experiência não forneça uma justificação independente para a crença correspondente. Eis um exemplo potencial:

Bilhete de brabeza: Jack deixou para Jill um bilhete expressando brabeza, fazendo-a crer, justificadamente, que ele estava brabo com ela. Essa crença penetrou sua experiência; então, quando ela o viu, sua experiência o representou como brabo. Mas sua experiência o representaria como brabo, quer sua expressão facial fosse de brabeza ou neutra.

Nesse caso, já é epistemicamente apropriado para Jill crer que Jack está brabo antes de ela ter sua experiência cognitivamente penetrada. A experiência de Jill fornece justificação adicional para tal crença? O dogmatismo pareceria prever que sim, contanto que não haja anuladores. Se as predições de elevação epistêmica em nossos casos anteriores estiverem erradas, parece que a predição nesse caso também estaria errada. Esse caso mostra que o desafio posto pela penetrabilidade cognitiva não assume exclusivamente a forma de acusar as teorias da justificação perceptiva de prever falsamente a elevação epistêmica através da ultrapassagem do limiar para crenças epistemicamente apropriadas.

Outra maneira de gerar um caso problemático sem elevação epistêmica é supor o conservadorismo epistêmico. Segundo este, se você já crê que *p*, então é epistemicamente apropriado continuar crendo que *p*. Quando aplicamos o conservadorismo epistêmico aos casos em que uma experiência de que *p* é penetrada por uma crença de que *p*, parece que, para o sujeito, não pode ser epistemicamente inapropriado crer que *p* quando sua experiência penetrada ocorre. Mas ainda podemos perguntar se a experiência fornece justificação independente

para crer que p. Nossa discussão sugere que há casos nos quais a experiência não a fornece.

Em quarto lugar, o desafio da penetração cognitiva se aplica a teorias que rejeitam ou modificam a ideia de que experiências de que p podem fornecer justificação imediata para p. Por exemplo, Silins (2008) modifica a ideia, sugerindo que uma experiência de que p pode justificar imediatamente uma crença de que p apenas se certas condições de fundo forem atendidas. Versões dessa teoria que não excluem dessas condições de fundo os tipos epistemicamente ruins de penetração cognitiva estarão sujeitas ao mesmo desafio. Em contraste, Wright (2007) rejeita a ideia de que experiências podem fornecer justificação imediata, favorecendo a ideia de que, para uma experiência de que p justificar a crença de que p, são necessárias autorizações auxiliares de fundo [*ancillary background entitlements*].^[18] Segundo Wright, elas incluem autorizações para crer que pg — onde "pg" é uma proposição geral, tal como a proposição de que há um mundo exterior. Em casos de penetração cognitiva, os estados penetrantes desempenham um papel etiológico tanto com respeito à experiência, quanto às crenças baseadas na experiência. Se a teoria da autorização concedesse aos estados penetrantes um papel epistemicamente mediador, então, presumivelmente, a predição de elevação poderia ser evitada, porque uma crença injustificada (confusa, etc.) não pode transmitir justificação. Mas se as autorizações auxiliares não incluírem autorizações para crer que conteúdos dos estados penetrantes são verdadeiros, e se essas autorizações mais experiências forem suficientes para a justificação, então o desafio ainda surgirá.

Finalmente, o desafio da penetração cognitiva se aplica a versões do dogmatismo que usam uma noção graduada, e não binária, de justificação. Segundo tais versões, a experiência de que p lhe fornece um impulso evidencial para p, e que o impulso o faça atravessar um limiar para a crença apropriada dependerá do grau de justificação para crer que p que você tinha antes de ter a experiência. Nosso desafio surgirá em

casos em que uma experiência cognitivamente penetrada o faz atravessar tal limiar. Mesmo que a própria ideia desse limiar seja rejeitada, elevar significativamente o grau de crença parece implausível nos casos de confusão, dogma, esperança, confiança insuficiente ou excessiva, e talvez amnésia. (Uma versão mais complexa do dogmatismo, que usa uma noção graduada de crença, foi discutida na seção 4.1.).

Para que teorias da justificação perceptiva respondam ao desafio posto pela penetração cognitiva, é necessário que elas incorporarem, de alguma maneira, uma restrição etiológica informada por uma distinção entre o tipo epistemicamente ruim de penetração cognitiva, de um lado, e o tipo epistemicamente bom ou neutro, do outro. Com a distinção em mãos, parece haver múltiplas maneiras de incorporar a restrição etiológica. A justificação perceptiva ainda pode, às vezes, ser imediata, mas parece melhor aceitar anuladores proposicionais, ou então adotar uma teoria menos rígida com a estrutura proposta por Silins (2008), de modo que experiência justifique imediatamente apenas sob certas condições, incluindo a condição de que não seja cognitivamente penetrada de uma forma epistemicamente ruim. A restrição etiológica também poderia assumir a forma de um suplemento para uma relação de coerência, ou um refinamento do tipo exato de processo confiável necessário para produzir crenças justificadas.

Nossa discussão da penetrabilidade cognitiva apontou para a ideia de que alguns tipos de penetração cognitiva da experiência comprometem a justificação perceptiva, enquanto outros tipos, não. Para levar o desafio epistêmico adiante, precisamos saber o que torna uma penetração cognitiva epistemicamente ruim.

Notas

Agradecimentos a audiências no MIT, St. Andrews, Rutgers, Dubrovnik, Estocolmo, OSU, Toronto, Kentucky, SMU, NYU e Oxford, e a Maja Spener, Farid Masroui, Jesse Prinz, Doug Lavin, Alvin Goldman, Benj Hellie, Jessica Wilson, Ned Block, Al Galaburda, Tim Schroeder, Alex Byrne, Justin Broackes, Charles Siewert, Scott Sturgeon, Jason Stanley, Karen Jones, Jim Pryor, George Pappas, Paul Pietroski, Selim Berker, Mohan Matthen, John Hawthorne e Janet Browne por críticas e sugestões úteis. Por discussões estendidas, agradecimentos especiais a Justin Fisher, Jonathan Vogel, Ned Hall, Robert Howell, Roger White, Nico Silins, Sean Kelly, Declan Smithies e David Chalmers.

1. "Color sensitivity and mood disorders: biology or metaphor?", Barrick *et al.*, *Journal of Affective Disorders*, Vol. 68, No. 1 (2002): 67-71. ↵
2. "Memory modulates color experience", Gegenfurtner *et al.*, *Nature Neuroscience*, Vol. 9, No. 11, 2006. Ver também R. Goldstone, "Effects of categorization on color perception", *Psychological Science* Vol. 6, No. 5 (1995): 298-304. ↵
3. Por exemplo, segundo essa perspectiva, uma pessoa imprudente não percebe o perigo numa situação em que uma pessoa corajosa o perceberia. I. Murdoch (1970) "The idea of perfection", em *The sovereignty of good*, Schocken Books; e J. McDowell (1979) "Virtue and reason", *The Monist* lxii. ↵
4. Por exemplo, Eberhardt *et al.* (2004) apresentam evidências — usando o paradigma da sondagem de pontos [*dot-probe paradigm*] — de que, quando pré-ativados com palavras ou objetos relacionados ao crime, a atenção de participantes brancos é mais prontamente capturada por rostos negros que por

rostos brancos ("Seeing black: race, crime and visual processing", *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 87, No. 6, 876-893). ↵

5. Além dos estudos citados em notas anteriores, outros estudos sugestivos incluem o de D. T. Levin e M. R. Banaji, que inclui indícios de que a categorização de um rosto racialmente ambíguo como negro ou branco influencia quão claramente os sujeitos o veem ("Distortions in the perceived lightness of faces: the role of race categories", *Journal of Experimental Psychology: General*, Vol. 135, No. 4 (2006), 501-512). Num estudo de Payne (2001), pessoas expostas, sob pressão do tempo, a rostos negros eram mais propensas a identificar erroneamente uma ferramenta como arma ("Prejudice and perception: the role of automatic and controlled processes in misperceiving a weapon", *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 81, 1-12). Eberhardt *et al.* (*op. cit.*) descobriram que participantes brancos pré-ativados com imagens de rostos de homens negros detectavam mais prontamente armas em imagens difusas numa tarefa de limiar perceptivo, comparados a participantes pré-ativados com rostos de homens brancos. J. Broackes (2010) discute um caso no qual expectativas sobre qual cor uma coisa deveria ter influenciam a experiência de cores de sujeitos daltônicos ("What do the color-blind see?", em J. Cohen & M. Matthen, eds. (2010), *Color ontology and color science*, MIT Press). ↵

6. Huemer, um proponente do dogmatismo, escreve: "O conservadorismo fenomênico... afirma que, quando parece que P e não há evidências em contrário, é *razoável crer que P*... O conservadorismo fenomênico é uma verdade necessária, não contingente. Não há um mundo possível em que o conservadorismo fenomênico seja falso" (*Skepticism and the veil of perception*, Chapter 5.3). ↵

7. A primeira afirmação não implica a segunda, já que poderia haver uma proposição q (ou uma gama delas) para cuja crença temos justificação — não importando qual justificação —, e na qual qualquer experiência de que p, por sua vez, tem depende para justificar a crença de que p. (As autorizações de fundo propostas pela teoria de Wright encontram-se nessa categoria). Se for assim, então, na ausência de anuladores, ter uma experiência de que p é por si só suficiente para o sujeito estar justificado a crer que p, mas essa justificação não será imediata. Inversamente, a segunda afirmação não implica a primeira. Confiabilistas poderiam concordar que, quando uma experiência de que p justifica crer que p, a justificação é imediata, e, ao mesmo tempo, negar que, na ausência de anuladores, uma experiência de que p sempre fornece uma justificação para crer que p. (Eles poderiam sustentar que para uma experiência fornecer justificação para crer que p, depende de a experiência estar embutida no tipo certo de processo confiável). ⇐
8. Justificação imediata, embora, para nós, isso não tenha importância. ⇐
9. Para discussão desse episódio divertido na história da embriologia, ver C. Pinto-Correia (1998), *The ovary of Eve*, University of Chicago Press. ⇐
10. Pryor, "The skeptic and the dogmatist", *Noûs* Vol. 34, No. 4 (2002): 517-549. ⇐
11. Para um argumento de que a justificação não deveria ser associada à inocência epistêmica, ver Pryor, "Highlights of recent epistemology", *British Journal for the Philosophy of Science*, Vol. 52 (2001): 95-124. ⇐
12. E. Conee e R. Feldman (2001), "Internalism defended". Reimpresso em E. Conee e R. Feldman (eds.), *Evidentialism*, Oxford University Press, 2004. ⇐

13. Um impulso evidencial mínimo na forma de justificação *imediata* pode oferecer uma resposta à posição cética de que experiências são completamente desprovidas de força justificatória. Mas isso não ilumina o papel epistêmico completo da percepção nem justifica, por si só, o que estamos supondo ser uma classificação comum de certas crenças perceptivas ao grau N+. ↵
14. Essa versão da distinção entre anuladores solapadores [*undercutting defeaters*] e refutadores [*rebutting defeaters*] é rudimentar, mas serve aos nossos propósitos. Para uma discussão recente da distinção, ver M. Bergmann, *Justification without awareness*, Oxford University Press, 2006. Para uma discussão clássica, ver J. Pollock, *Contemporary theories of knowledge* (Totowa, NJ: Rowman and Littlefield Publishers, 1ª edição, 1986). ↵
15. Huemer (*op. cit.*, Capítulo 5.4) deixa explícito que sua noção de justificação pretende ser internalista. Ver também Pryor (2002), nota de rodapé 9. ↵
16. Também poderíamos formular um princípio, muito parecido com o da Verificação-dupla-1, segundo o qual é suficiente que você suspeite que sua experiência se conforma à sua crença, mesmo que ela não se conforme realmente. Esta proposta substituiria a suspeita não factiva [*non-factive suspecting*] pela observação factiva [*factive noticing*]. Ela enfrentaria as mesmas dificuldades. ↵
17. Para uma discussão sobre se experiências têm conteúdos, ver Travis (2004), "The silence of the senses" *Mind*; Siegel (2010), "Do experiences have contents?", em B. Nanay (ed.), *Perceiving the world* (Oxford University Press) e A. Byrne (2009), "Experience and content", *Philosophical Quarterly*, Vol. 59. ↵
18. "The perils of dogmatism", em S. Nuccetelli e G. Seay (Eds.), *G. E. Moore: new essays in epistemology and ethics* (Oxford University Press, 2007), e "Scepticism and dreaming: imploding the demon", *Mind*, Vol. 100 (1991): 87-116. ↵

Leituras adicionais

Susanna Siegel, *The rationality of perception*. Oxford University Press, 2017.

[[Amzn](#)]

Susanna Siegel, *The contents of visual experience*. Oxford University Press, 2010.

[[Amzn](#)]

Página pessoal da autora: <https://www.susannasiegel.net/>

Artigo: Penetrabilidade cognitiva e justificação perceptiva

Autor(es): Susanna Siegel

Data: 30 Jan 2026

Volume: 2

Número: 3

Páginas: e-003

ISSN: 3086-1136

```
@article{susanna-siegel-penetrabilidade-cognitiva-e-justificacao-
perceptiva,
  author = {Susanna Siegel},
  title = {Penetrabilidade cognitiva e justificação perceptiva},
  year = {2026},
  month = {Jan},
  journal = {Arquipélago Filosófico},
  volume = {2},
  number = {3},
  pages = {e-003},
  issn = {3086-1136},
  url = {https://arquipelago.fi/susanna-siegel-penetrabilidade-cognitiva-e-
justificacao-perceptiva/}
}
```